

**GOVERNO DO ESTADO
DE PERNAMBUCO**

CONTRATO MATER Nº 003/SAD/SEADM/2020 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE PERNAMBUCO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SAD E, DE OUTRO LADO, A EMPRESA MAXIFROTA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA, EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO 0198.2019.CCPL-XI.PE.0139.SAD, SEI nº 0001200178.000066/2018-30, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666 DE 21.06.1993 E DEMAIS ALTERAÇÕES:

Por este instrumento de Contrato, o **ESTADO DE PERNAMBUCO**, representado neste ato, conforme determinações do Decreto Estadual nº 47.984/2019, pela Secretaria de Administração, a Sra. **MARÍLIA RAQUEL SIMÕES LINS**, brasileira, bacharel em Direito, RG nº 4.925.249 SDS/PE, CPF nº 034.020.284-09, domiciliada na cidade do Recife/PE, nomeada através do Ato n.º 6.861 de 27/08/2019, publicado no DOE no dia 27/08/2019 e a **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 10.572.022/0001-80, com sede na Avenida Engenheiro Antônio de Góes, nº 194, Bairro Pina, Recife/PE, CEP 51010-000, designada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Gerente Geral de Serviços Corporativos do Estado, **MARCELO VASCONCELOS COELHO**, brasileiro, casado, bacharel em ciência da computação, CPF (MF) nº 043.793.364-41, portador da cédula de Identidade nº 5.780.557 SSP/PE, residente e domiciliado na cidade do Recife/PE, nomeado pelo Ato nº 894 de 01/01/2019, publicado no DOE- PE do dia 18/01/2019, no uso dos poderes que lhe são conferidos pela Portaria SAD nº 418/2019, publicada no DOE em 20/03/2019, e as normas gerais de que trata a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e pela Lei Estadual nº 12.525 de 30 de dezembro 2003, e demais normas atinentes à matéria, daqui por diante designada simplesmente **CONTRATANTE** e do outro lado a **MAXIFROTA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA**, inscrita no CNPJ sob 27.284.516/0001-61, com sede Rua Francisco Gonçalves, nº 01, Edf Reitor Miguel Calmon, salas 1.206, Comércio - Salvador - BA, CEP 40.015-090, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato pelo seu Supervisor Regional de Vendas - Público, Sr. **YURI ESMERALDO TELES**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF/MF nº 032.848.094-06 e RG nº 4784642 SDS/PE, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado, e celebram o presente CONTRATO mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e estabelecem, tudo de acordo com o **PREGÃO ELETRÔNICO 0198.2019.CCPL-XI.PE.0139.SAD, SEI nº 0001200178.000066/2018-30**, devidamente homologado pela autoridade superior, em 09/09/2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Contratação de empresa especializada para prestação do serviço de gerenciamento do abastecimento de 6.810 (seis mil, oitocentos e dez) veículos/equipamentos do Governo do Estado de Pernambuco, envolvendo a implantação e operação de um sistema informatizado, via internet, através da tecnologia de cartão eletrônico, compreendendo:

- a. Sistema tecnológico de gerenciamento integrado para viabilizar o pagamento das despesas com abastecimento dos veículos/equipamentos junto à rede credenciada e o controle de entradas, saídas, viagens e disponibilidade da frota;
- b. Sistemas e equipamentos para o processamento das informações dos cartões e terminais eletrônicos periféricos do sistema instalados em todos os postos credenciados;
- c. Cartões eletrônicos para cada veículo/equipamento para o abastecimento e gerenciamento de informações da frota;
- d. Informatização dos dados de consumo de combustível, quilometragem, custos, identificação do veículo, identificação dos condutores, datas e horários, tipos de combustíveis e compostos químicos (ARLA 32)6, que deverão ser alimentados por meio eletrônico e em base gerencial de dados permanentemente disponíveis para o GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, consolidando dados financeiros e operacionais da frota, com a emissão de relatórios gerenciais pela Web, conforme detalhamento descrito neste Termo de Referência e seus anexos;
- e. Disponibilização de relatórios que possibilitem a geração e o cruzamento de informações necessárias à CONTRATANTE, conforme detalhamento descrito no Anexo B;
- f. Disponibilização de ferramenta de BI (Inteligência de Negócios) que permita agrupar os dados de todos os órgãos e entidades que aderirem à contratação, de forma consolidada, relacionando através de indicadores as principais disparidades encontradas;
- g. Rede credenciada de estabelecimentos que forneçam:
 1. Combustíveis dos tipos: gasolina, etanol, diesel e gás GNV, com valor unitário não podendo ultrapassar o valor máximo aferido semanalmente pela ANP, além de compostos químicos exigidos por ocasião do abastecimento, em atendimento a Portaria 29/2008 do IBAMA e Norma ABNT NBR ISO 22241;
 2. Combustíveis do tipo diesel para entrega em tanques de armazenagem em endereços indicados pelo órgão/entidade solicitante, desde que localizados na Região Metropolitana do Recife - RMR, com pagamento eletrônico no local e valor unitário não podendo ultrapassar o valor máximo aferido semanalmente pela ANP, para os casos de abastecimento de geradores e equipamentos estacionários;
- h. Disponibilização pela contratada de nota fiscal contendo o valor total executado junto à rede credenciada, assim como o valor final após a aplicação da taxa/desconto de administração concedido.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para os fins deste Contrato considera-se que a expressão "veículos/equipamentos" representa a seguinte definição: veículos terrestres, veículos aquáticos, equipamentos motorizados, equipamentos acoplados e rebocáveis, e outros tipos de equipamentos que possuam motores a combustão; enquanto que o termo "cartão eletrônico" considera as tecnologias com o uso de chip e/ou tarja magnética.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - São partes integrantes deste Contrato, para todos os fins de direito, o processo relativo ao **PREGÃO ELETRÔNICO 0198.2019.CCPL-XI.PE.0139.SAD, SEI nº 0001200178.000066/2018-30** e todos os seus anexos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O regime de execução dos serviços objeto do presente contrato é o de execução indireta por empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O preço do combustível a ser pago será o valor à vista na modalidade cartão de crédito do preço de bomba cobrado ao consumidor comum, não podendo ultrapassar o preço máximo semanal por cidade, correspondente à data do abastecimento, divulgado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), devendo ser ofertado pelo proponente desconto sobre o valor total faturado em cada mês.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O preço do combustível a ser pago, na hipótese de fornecimento de diesel para máquinas, geradores de energia e equipamentos estacionários em endereço indicado pelo órgão/entidade solicitante deverá obedecer o parágrafo anterior, devendo ser ofertado pelo proponente desconto sobre o valor total faturado em cada mês. Nestes casos, o fornecimento deverá ser de no mínimo 100 litros de combustível e o estabelecimento credenciado deverá possuir equipamento de registro da quantidade de litros vendidos que permita transacionar no local de entrega.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Para as cidades onde não seja realizado o levantamento de preços dos combustíveis pela ANP, deverá ser considerado como limite o preço máximo semanal registrado na mesorregião da qual o município faz parte, conforme ANEXO H do Termo de Referência;

PARÁGRAFO QUARTO - Caso nenhuma cidade de determinada mesorregião tenha sido pesquisada, deverá ser considerado o preço máximo semanal registrado para o Estado de Pernambuco

PARÁGRAFO QUINTO - Os limites de preço praticados no Distrito Estadual de Fernando de Noronha serão tratados de forma excepcional, em conjunto com a Secretaria de Administração e conforme realidade do mercado local.

CLÁUSULA QUARTA – DO MODELO DE CONTRATAÇÃO, CONTRATANTE E USUÁRIOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Modelo de Contratação dos serviços, a seguir especificado, deve ser respeitado por todos os envolvidos nesta Prestação de Serviços: SAD, Órgãos Aderentes e Contratada;

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Governo do Estado de Pernambuco, através da Secretaria de Administração (SAD), será o Contratante Principal de todos os serviços de Abastecimento e Manutenção, através deste Contrato, também denominado de *Contrato Mater*, contendo a relação de todos os serviços ora licitados;

I - Neste instrumento estão pactuadas as condições de preço e as exigências de estrutura e qualidade dos serviços, bem como, as demais condições técnicas e administrativas para a execução dos serviços e formas de pagamentos previstas.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Todos os Órgãos e Entidades que aderirem ao Contrato de Prestação de Serviços referente a este Processo Licitatório serão denominados de *Contratantes Aderentes*;

I - Deverão aderir ao Contrato de Prestação de Serviços referente a este processo licitatório todos os Órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que necessitem contratar sistema informatizado de gestão do abastecimento da frota, com exceção das entidades previstas na Lei 13.303/2016, que, por sua vez, poderão realizar a adesão de acordo com normas estabelecidas em regimento específico;

II - Os órgãos e entidades aderentes deverão arcar com o pagamento dos serviços, constantes do Termo de Referência, de que fizerem uso;

PARÁGRAFO QUARTO - A vencedora do certame, denominada de CONTRATADA, será a responsável pelo fornecimento de todos os serviços e recursos especificados nos itens e subitens do Termo de Referência;

PARÁGRAFO QUINTO - A partir da formalização do Contrato Principal, toda a prestação de serviços será contratada diretamente pelo Órgão Contratante Aderente, através do instrumento denominado Contrato de Adesão.

I - O Contrato de Adesão conterá a relação dos serviços que serão prestados ao contratante, em um Adendo (ANEXO) ao Contrato de Adesão;

II - Deve constar no Adendo a relação dos itens de serviço contratados, o quantitativo de frota do Aderente e de cada Unidade Administrativa Vinculada e os valores mensais por veículo, mensais totais e anuais totais associados a cada um dos serviços e unidades;

III - Todas as adesões serão processadas e autorizadas previamente pela Secretaria de Administração e estarão condicionadas às condições da CONTRATADA de manter o mesmo nível de qualidade do serviço.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O *Contrato Mater* terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, art. 57, inciso II;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os contratos de adesão, independentemente do início de sua vigência, serão subordinados ao *contrato mater*, podendo ser prorrogados nos termos do parágrafo anterior, não podendo prosseguir após o fim da vigência deste.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO PARA IMPLANTAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Sistema de Gerenciamento deverá estar implantado pela CONTRATADA no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato mater. Tal implantação deve seguir o seguinte Cronograma de Execução:

- a. Elaboração de plano de trabalho, a ser validado pela SAD, contemplando o cronograma e o detalhamento das atividades previstas para implantação do Sistema;
- b. Credenciamento da rede mínima de postos de abastecimento, definida no Anexo E do Termo de Referência;
- c. Identificação visual e divulgação da rede credenciada;
- d. Implantação e parametrização dos sistemas, conforme requisitos exigidos no Termo de Referência;
- e. Treinamento dos funcionários da rede credenciada;
- f. Todas as especificações contidas no Termo de Referência deverão estar em pleno funcionamento até o fim do prazo estabelecido neste parágrafo primeiro da cláusula sexta.
- g. As funcionalidades necessárias ao cumprimento das ações indicadas no parágrafo segundo a seguir deverão estar disponíveis em tempo hábil para que a sua execução ocorra no prazo estabelecido no parágrafo segundo a seguir.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A implantação do Sistema também compreenderá a execução de outras atividades, que devem ser executadas em cada CONTRATANTE ADERENTE, no prazo total de 07 dias corridos, contados a partir da assinatura de cada Contrato de Adesão;

- A. Cadastramento de todos os veículos/equipamentos do contratante aderente;
- B. Cadastramento de todos os usuários e condutores do contratante;
- C. Confeção e distribuição de cartões, sem custo, conforme necessidade do CONTRATANTE ADERENTE;
- D. Treinamento de usuários, gestores e técnicos responsáveis pela infraestrutura de transportes da CONTRATANTE ADERENTE;

PARÁGRAFO TERCEIRO - O não cumprimento do prazo previsto para as etapas apontadas no parágrafo primeiro gerará as consequências estabelecidas no item 30 da tabela 3, do item 18.6 do termo de referência.

- a. Para o descumprimento específico do item b do parágrafo primeiro, deverão ser consideradas as penalidades estabelecidas nos itens 28 e 29 da tabela 3, do item 18.6 do termo de referência.

PARÁGRAFO QUARTO - O não cumprimento do prazo previsto para as etapas apontadas no item 11.2 do termo de referência gerará as consequências estabelecidas no item 31 da tabela 3, do item 18.6 do termo de referência.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, observadas todas as especificações contidas no Termo de Referência, no Edital da licitação e nas demais legislações vigentes;

- a. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto desta licitação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Disponibilizar estrutura administrativa que garanta o bom desempenho de suas atribuições técnicas e administrativas, dando o necessário suporte para uma eficiente execução do serviço e para um bom relacionamento com a CONTRATANTE e com os estabelecimentos credenciados;

PARÁGRAFO TERCEIRO: Planejar e executar a implantação do sistema contratado;

- a. O sistema da CONTRATADA deve satisfazer aos requisitos mínimos exigidos no Termo de Referência e seus anexos.

PARÁGRAFO QUARTO: Validar o planejamento da implantação, quando da formalização de cada contrato de adesão, junto à SAD e o gestor da frota do aderente, contemplando o cronograma e forma de execução das seguintes ações:

- a. Parametrização do Sistema de Gestão de Frota;
- b. Cadastramento dos veículos/equipamentos;
- c. Cadastramento dos gestores e condutores, conforme limites máximos e tipos de perfil de acesso, por órgão/entidade, definidos pela Secretaria de Administração;
- d. Inativar automaticamente os logins de acesso que apresentem inatividade por 60 dias seguidos ou mais, sem necessidade de prévia comunicação à SAD;
- e. Parametrização dos cartões de veículos, conforme orientação do órgão aderente;
- f. Parametrização dos limites de consumo e financeiros, conforme orientação do órgão aderente e de acordo com os valores estabelecidos no contrato de adesão;
- g. Capacitação dos usuários;
- h. Suporte aos gestores.

PARÁGRAFO QUINTO: Implantar e parametrizar os sistemas tecnológicos;

PARÁGRAFO SEXTO: Prover suporte técnico e capacitação permanente para os gestores e condutores da CONTRATANTE, após a fase de implantação, em cada órgão aderente ao contrato, conforme parágrafo décimo nono desta cláusula;

- a. A CONTRATADA deve manter durante toda a execução contratual consultores técnicos em número suficiente para atender as demandas da Gerência Geral de Serviços Corporativos do Estado, ou a que vier a substituí-la;

PARÁGRAFO SÉTIMO: Atender em até 24 (vinte e quatro) horas toda e qualquer demanda feita pela Secretaria de Administração acerca da parametrização dos cartões;

PARÁGRAFO OITAVO: Garantir que o sistema, uma vez operacional, satisfaça os requisitos dos Anexos do Termo de Referência;

PARÁGRAFO NONO: Cadastrar todos os veículos/equipamentos da frota da CONTRATANTE, com informações suficientes para que sejam emitidos todos os relatórios do Anexo B do termo de referência;

PARÁGRAFO DÉCIMO: Garantir que o sistema só permitirá o cadastro dos veículos/equipamentos com dados completos e fidedignos;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Confeccionar e distribuir os cartões magnéticos, sem custo adicional para a CONTRATANTE, no prazo de 7 dias úteis a contar da solicitação, conforme necessidade de cada órgão, na sede dos contratantes aderentes localizadas na Região Metropolitana do Recife - RMR;

- a. A CONTRATADA deverá disponibilizar ferramenta que apresente todas as solicitações e cancelamentos demandados;
- b. Cada cartão deverá ser associado a um veículo/equipamento;
- c. Cada órgão fará jus a um quantitativo de cartões genéricos, definido pela Secretaria de Administração com base no perfil de frota de cada aderente, cuja finalidade consiste em permitir a utilização por vários veículos/equipamentos, desde que esteja devidamente associado a apenas 1 (um) deles, por vez, no sistema de gerenciamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Disponibilizar consultores que, durante a vigência contratual, deverão realizar, no mínimo, uma visita mensal a cada gestor dos órgãos e secretarias com 100 veículos ou mais e no mínimo uma visita trimestral aos demais gestores, objetivando a capacitação para o uso do sistema, a análise dos indicadores de desempenho da frota e o suporte técnico para a execução da gestão da frota;

- a. A Gerência Geral de Serviços Corporativos do Estado, para fins de acompanhamento das ações da contratada, deverá ser informada do cronograma das visitas e das atas das reuniões.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Executar o monitoramento e o acompanhamento do serviço, em conjunto com a contratante, sugerindo métricas e indicadores de desempenho e de resultados, para os gastos e consumos, apoiando os gestores setoriais e centrais na análise dos dados e operacionalização do sistema;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Apresentar, nos prazos e termos acordados em reunião com a contratante, ações para melhoria operacional e redução de custo;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do contrato e das condições estabelecidas no Termo de Referência;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Responsabilizar-se solidariamente pelos atos de sua Rede Credenciada desempenhados na execução dos contratos originários do Termo de Referência;

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: Relatar toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação do serviço e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados à CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga prontamente a atender nos prazos estabelecidos no termo de referência e seus anexos;

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: Reembolsar os estabelecimentos que fizerem parte da rede credenciada, inexistindo qualquer relação financeira entre estes prestadores e a CONTRATANTE;

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: Disponibilizar suporte técnico de forma ininterrupta (24hx7d) através de e-mail e telefone;

- a. A resposta ao questionamento realizado por e-mail deve ser realizada em até 24 horas;
- b. A resposta ao questionamento realizado por telefone, caso não tenha sido solucionado de forma imediata, deverá ser realizado em até 1 hora.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO: Providenciar a correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO: Manter, durante a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, para comprovação, sempre que necessário for, junto à CONTRATANTE;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO: Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Termo de Referência em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO: Fornecer, conforme necessidade da contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da solicitação, em meio magnético e/ou documental, relatórios e informações constante do seu banco de dados, conforme parâmetros a serem definidos pelo CONTRATANTE, não podendo haver limitações ao período solicitado;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO: Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de transporte e demais custos resultantes da execução do contrato;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO: Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO: Manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do contrato;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO: Emitir as notas fiscais com base nas transações efetuadas no período;

- a. Para fins de faturamento e cobrança, a Contratada deve considerar apenas os serviços executados sobre os quais foram geradas as Notas Fiscais ao Consumidor Eletrônicas (NFC-e) com a identificação do Contratante, mediante a indicação do respectivo CNPJ, e o registro do nº da NFCE correspondente no sistema.
- b. A contratada deve considerar apenas os serviços cujas notas fiscais ao consumidor eletrônicas - NFCE tenham sido devidamente validadas e inseridas no sistema de gerenciamento.
- c. A contratada deve verificar, a cada fechamento, os abastecimentos realizados acima dos limites previstos nos itens 4.1.1.1 a 4.1.1.4 do termo de referência, e proceder os ajustes necessários para que se aplique o valor unitário correto para cada um deles.
 - A contratada não poderá se eximir da obrigação prevista no item 12.27.2 do termo de referência, independentemente da diretriz adotada pela Secretaria de Administração para o uso da ferramenta prevista no item 16.6.8 do Anexo A do termo de referência, cujo acesso deverá ser exclusivo ao contratante principal.
- d. A emissão da nota fiscal pela contratada só deverá ocorrer quando todos os referenciais de preços obtidos através da ANP estiverem disponíveis, de forma a viabilizar os ajustes referidos no item anterior para a totalidade das transações ocorridas no mês.
- e. A contratada deverá ainda realizar o ajuste de valores cobrados indevidamente, através de dedução na próxima nota fiscal, sempre que identificada pela contratante que foram considerados referenciais em desacordo com o que estabelece os itens 4.1.1.1 a 4.1.1.4. do termo de referência;
- f. A contratada deverá disponibilizar relatório auxiliar (planilha eletrônica e pdf) contendo todas as transações consideradas para uma determinada Nota Fiscal, identificando, inclusive:
 - I. os abastecimentos que necessitem dos ajustes referido no item 12.27.2 do termo de referência;
 - II. o preço referencial (ANP) utilizado para cada transação.
 - III. o preço utilizado no momento de transação.
 - IV. o preço utilizado para fins de emissão da nota fiscal.
 - V. o nome do órgão aderente, nome do credenciado, placa do veículo, nome do condutor, tipo de combustível, data, hora e o município do abastecimento.
 - VI. O nº da NFCE correspondente a cada transação.
 - VII. O relatório em planilha eletrônica deverá ser elaborado em formato que permita a utilização de ferramenta "tabela dinâmica" ou equivalente sem a necessidade de qualquer ajuste no documento.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO A contratada deverá armazenar no sistema de gerenciamento todas as pesquisas semanais realizadas pela ANP, através de captura de tela que apresente o preço máximo, semana considerada, tipo de combustível e todas as cidades pesquisadas, conforme exemplo inserido no anexo J do Termo de Referência.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO: Garantir o cumprimento dos requisitos mínimos a serem atendidos pela rede credenciada arrolados no anexo D do termo de referência.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO: Encaminhar a cada órgão aderente, mensalmente, em até 7 dias após o fim do prazo previsto para o pagamento aos credenciados, declaração de quitação relativa à obrigação prevista no item 12.b.2 do termo de referência.

Obrigações da Contratada Relativas ao Sistema de Informações

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO PRIMEIRO: Guardar sigilo sobre as informações da CONTRATANTE constante do seu banco de dados a qualquer tempo, devendo mantê-las arquivadas e disponíveis à CONTRATANTE para fins de consulta e auditoria, ainda que extinto o contrato, por, no mínimo, 10 (dez) anos;

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEGUNDO: Disponibilizar permanentemente para a CONTRATANTE, através de relatórios em planilha eletrônica e pdf, os dados operacionais e financeiros da frota, obtidos durante a vigência do contrato, inclusive após o seu término;

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO TERCEIRO: Disponibilizar capacidade de armazenamento suficiente para manter todos os dados disponíveis para consulta online;

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUARTO: Disponibilizar através do sistema a possibilidade de exportação de dados para várias tecnologias (.xls, .xlsx, .txt, .csv, .pdf ou outras similares);

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUINTO: Disponibilizar, sem ônus para a CONTRATANTE, as atualizações das funcionalidades do software;

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEXTO: Prover os recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) necessários à garantia do funcionamento do sistema, durante 24 horas por dia e, ainda, apoiar as ações de melhorias tecnológicas e funcionais, quando solicitadas pela SAD;

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SÉTIMO: A Proponente deve possuir estrutura de suporte que atenda as demandas provenientes de problemas de operação e mau funcionamento, atendendo aos seguintes prazos:

SEVERIDADE	DESCRIÇÃO	TEMPO DE ATENDIMENTO INICIAL
1 – Alta	Problema causa perda ou paralisação total de sistemas em produção. O trabalho não pode ter sequência razoável, a operação passa a ser crítica para o negócio e a situação constitui uma emergência.	Em até 01 (uma) hora do início da ocorrência (caso seja possível comprovar a indisponibilidade através do próprio sistema) ou da comunicação do contratante
2 – Média	Problema interrompe operações, mas o sistema continua respondendo, ainda que de modo restrito.	Em até 04 (quatro) horas da comunicação do contratante
3 - Baixa	Problema não causa nenhuma perda de funcionalidade. Constitui erro irrelevante, comportamento incorreto ou erro de documentação, que de nenhuma maneira impede a operação do sistema.	Em até 08 (oito) horas da comunicação do contratante.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO OITAVO: Desenvolver, às suas expensas, sistema informatizado de gerenciamento do serviço, compatível com o ambiente seguro, via WEB, on-line, interligando os locais de atendimento com a CONTRATANTE;

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO NONO: Disponibilizar à CONTRATANTE pleno acesso às informações do sistema, inclusive para a extração, a qualquer tempo, de relatórios referentes aos serviços prestados, discriminados, com os respectivos custos e em extensão e formatação a serem definidas pela CONTRATANTE;

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO: Responsabilizar-se pela instalação e manutenção dos softwares do sistema;

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO: Disponibilizar manual de utilização do sistema em língua portuguesa em formato digital;

Obrigações da Contratada Relativas à Rede Credenciada

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO: Garantir que a sua Rede Credenciada atenda aos requisitos mínimos elencados nos Anexos D e E do termo de referência, anexo I do Edital do processo em epígrafe.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO TERCEIRO: Efetuar o pagamento ao credenciado, no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos após o encerramento do prazo previsto no item 17.3 do termo de referência, condicionado ao recebimento efetivo do valor devido pela Contratante;

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO QUARTO: Manter nos estabelecimentos credenciados à sua rede, em local visível, a identificação visual de sua adesão ao sistema objeto deste Contrato;

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO QUINTO: Planejar, em conjunto com a SAD, a inclusão e exclusão de estabelecimentos à sua rede credenciada, seja qual for a origem da solicitação da inclusão ou exclusão;

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO SEXTO: A entrada de estabelecimentos na rede credenciada é livre, desde que obedecidos os requisitos definidos no Anexo D do Termo de Referência.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO SÉTIMO: Exercer o credenciamento e o descredenciamento dos estabelecimentos, observando as exigências técnicas e condições definidas pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA;

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO OITAVO: Orientar os estabelecimentos da rede credenciada quanto ao fluxo completo do processo de abastecimento, incluindo as legislações existentes pertinentes ao tema;

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO NONO: Orientar os estabelecimentos quanto aos procedimentos e normativos adotados pelo poder executivo estadual, atualizando-os quando necessário;

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO: Manter ativa e em funcionamento durante toda a vigência do contrato, para o caso de atividades de abastecimento, rede credenciada cuja distância máxima entre estabelecimentos não seja superior a 150 km e respeitando as quantidades mínimas de estabelecimentos por município previstas no anexo E do termo de referência;

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO PRIMEIRO: Acompanhar e alertar os estabelecimentos pertencentes à rede credenciada acerca do fiel cumprimento da legislação tributária vigente, fornecendo ao órgão fazendário competente subsídios para fiscalização, em caso de registro de irregularidades;

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO SEGUNDO: Manter os cadastros dos estabelecimentos credenciados atualizados, garantindo que as informações do relatório do item 4 do Anexo B do termo de referência sejam fidedignas.

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO: Fiscalizar a qualidade da prestação dos serviços dos estabelecimentos credenciados, garantindo que, para fins de cobrança, serão considerados apenas os abastecimentos nos quais seja possível identificar: o condutor, o veículo, além do correto lançamento da quilometragem registrada no hodômetro, a indicação do CNPJ do contratante na NFCE e o registro do nº da NFCE correspondente a cada transação;

- a. Apenas a identificação do nº da NFCE poderá ser realizada em momento posterior ao abastecimento.

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO QUARTO: Anular, assim que solicitado pela contratante, o valor indevido existente nas transações contestadas por erro ou divergência de dados, quando não houver responsabilidade da CONTRATANTE;

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO QUINTO: Orientar a sua rede credenciada quanto aos critérios de definição dos preços estabelecidos no termo de referência;

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO SEXTO: Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causado pela rede credenciada, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente;

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO: Responder civil e penalmente por qualquer descumprimento das disposições legais de sua rede credenciada, inclusive por acidentes decorrentes da sua ação ou omissão, que ocorram durante a realização dos serviços, objeto deste contrato.

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO OITAVO: Garantir que a rede credenciada preste todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga prontamente a atender;

PARÁGRAFO QUINQUAGÉSIMO NONO: Responder por danos e desaparecimento de bens materiais e avarias, causadas por empregados, prepostos, ou subcontratados da rede credenciada.

PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO: Suspender temporariamente, pelo período de 30 dias, em até 5 dias úteis, a contar da ciência do ocorrido, os estabelecimentos credenciados que apresentem atuação conforme hipóteses descritas a seguir: realização de transação por meio diverso do TEF, em desacordo com a previsão contida no item 13 do Anexo C do termo de referência; realização de transação com divergência de dados entre a NCF-e e o comprovante da gerenciadora.

PARÁGRAFO SEXAGÉSIMO PRIMEIRO: Informar previamente a Secretaria de Administração sobre a entrada ou saída de qualquer credenciado na rede disponibilizada em decorrência do presente processo, assim como da aplicação da suspensão prevista no parágrafo acima.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Realizar a gestão corporativa dos serviços, analisando todos os dados acerca das operações dos Contratantes Aderentes de forma centralizada;

PARÁGRAFO SEGUNDO: Adotar medidas visando um eficaz relacionamento com a CONTRATADA de forma a ensejar o melhor desempenho e qualidade dos serviços contratados;

PARÁGRAFO TERCEIRO: Intermediar as contratações do Aderentes com a CONTRATADA;

PARÁGRAFO QUARTO: Aprovar o Plano de Implantação da CONTRATADA, em conjunto com os Contratantes Aderentes;

PARÁGRAFO QUINTO: Coordenar a implantação do serviço;

PARÁGRAFO SEXTO: Acompanhar a execução operacional da CONTRATADA e dos Contratantes Aderentes;

PARÁGRAFO SÉTIMO: Monitorar a qualidade do serviço prestado;

PARÁGRAFO OITAVO: Acompanhar os novos Contratos de Adesão;

PARÁGRAFO NONO: Propor medidas de regulamentação e controle;

PARÁGRAFO DÉCIMO: Estabelecer diretrizes para a atuação da CONTRATADA;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Aprovar o planejamento definido junto com a CONTRATADA para inclusão e exclusão de estabelecimentos da Rede Credenciada;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Acompanhar a atuação dos consultores contratados e a evolução dos indicadores;

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Definir e fiscalizar, em conjunto com o contratante aderente, os limites máximos globais de consumo e tipos de perfis de acessos por cada órgão/entidade aderente;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Processar e autorizar previamente todas as adesões por parte de cada órgão/entidade;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Aprovar as métricas e indicadores de desempenho e de resultados sugeridos pela contratada para fins de monitoramento e acompanhamento da execução do serviço.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à contratada, conforme previsão contida no item 18.18 do termo de referência;

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: Analisar relatórios e consolidar as informações do Estado;

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: Auxiliar os órgãos no acompanhamento dos contratos.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE ADERENTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Efetivar, mediante intermédio da SAD, a contratação do processo com a CONTRATADA;

PARÁGRAFO SEGUNDO: Promover aditamentos contratuais, mediante autorização prévia da SAD;

PARÁGRAFO TERCEIRO: Indicar, formalmente, o gestor e fiscal setorial para acompanhamento da execução contratual;

- a. Ao Gestor Setorial caberá exercer a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado, cabendo, também realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA, efetivando a avaliação periódica.

PARÁGRAFO QUARTO: Aprovar a execução do plano de implantação do serviço no órgão junto com a SAD;

PARÁGRAFO QUINTO: Definir os usuários (motoristas, condutores e demais técnicos) que terão acesso ao sistema, respeitando os tipos de perfis de acesso estabelecidos pela SAD;

PARÁGRAFO SEXTO: Definir os veículos para o cadastramento junto ao sistema;

PARÁGRAFO SÉTIMO: Acompanhar a execução operacional do contrato, colocando em prática as métricas e indicadores de desempenho e de resultados sugeridos pela contratada e aprovados pela SAD para fins de monitoramento e acompanhamento do serviço;

PARÁGRAFO OITAVO: Promover no órgão a implantação do serviço;

PARÁGRAFO NONO: Fiscalizar a qualidade do serviço prestado;

PARÁGRAFO DÉCIMO: Disseminar normas de controle e funcionamento emanadas pela SAD, através da Gerência Geral de Serviços Corporativos do Estado ou a que vier a substituí-la;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Estabelecer no sistema, para cada veículo que credenciar, de sua propriedade ou locado, um limite de crédito com base no perfil de utilização, o qual não poderá ser ultrapassado sem autorização expressa do Gestor Setorial;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: No caso de extravio ou danos ao cartão de abastecimento, requerer à CONTRATADA a emissão de novo cartão, sem custo adicional para o Estado, com o cancelamento do registro do cartão extraviado;

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Providenciar o cancelamento definitivo dos cartões destinados aos veículos, em caso de retirada de circulação, alienação ou devolução à empresa locadora proprietária do veículo;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Informar imediatamente à CONTRATADA, o furto, roubo, extravio, falsificação ou fraude do cartão destinado ao veículo;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Devolver à CONTRATADA, devidamente firmado, o protocolo de entrega dos cartões dos veículos, sob pena de responder por quaisquer reclamações e ou ações oriundas da utilização indevida;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Remanejar ou incrementar créditos em cada cartão destinado ao veículo, observando os limites máximos de consumo;

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: Efetuar a análise e o atesto nas faturas e notas fiscais emitidas pela CONTRATADA, efetivando o respectivo pagamento;

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: Rejeitar, no todo ou em parte, os itens de serviço em desacordo com o contrato;

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: Fornecer à CONTRATADA, em conformidade com o plano de implantação, o cadastro completo dos veículos/equipamentos, gestores, aprovadores e condutores autorizados, contendo todos os dados necessários à satisfação dos itens 7, 8 e 9 do Anexo A do termo de referência;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO: Designar os servidores para acompanhamento da execução e da fiscalização da prestação dos serviços, objeto deste Contrato;

- a. A existência da fiscalização por parte da CONTRATANTE de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da CONTRATADA na prestação dos serviços.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO: Identificar junto à CONTRATADA os servidores que serão usuários do sistema, com poderes para administração plena ou apenas acesso às informações, de acordo com o nível de permissão estabelecido, bem como responsabilizar-se pela comunicação prévia dos casos de demissão, férias ou mudança de lotação;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO: Efetuar os pagamentos nas condições pactuadas, relativos ao consumo e serviços efetivamente utilizados;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO: Proceder à penalização da CONTRATADA sempre que detectar imperfeições na execução dos serviços;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO: Analisar os comprovantes de transação e Notas fiscais ao Consumidor eletrônicas - NFCE de operações de serviços de cada veículo para validação mensal da prestação de serviço da CONTRATADA;

- a. No ato da análise dos documentos referidos no parágrafo vigésimo quarto, o gestor setorial deverá verificar se as informações existentes estão de acordo com as diretrizes estabelecidas neste termo de referência, principalmente no tocante aos subitens 4.1.1.1 a 4.1.1.4 e 12.27.1 do termo de referência. Em caso de descumprimento de quaisquer das diretrizes, a contrante aderente deverá adotar as medidas cabíveis quanto à apuração do ocorrido.
- b. Caso identifique transações realizadas acima dos limites existentes no Termo de Referência, caberá ao órgão aderente solicitar a dedução dos valores a contratada.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO: A CONTRATANTE deverá arquivar e anexar à solicitação de liquidação e pagamento os seguintes documentos:

- a. Relatórios do sistema da CONTRATADA, que demonstrem de forma detalhada as despesas com combustível e compostos químicos;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO: Emitir empenho para pagamento do serviço, associando e validando os comprovantes de transação de operações com os relatórios emitidos pela CONTRATADA;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO: Solicitar à SAD análise para aprovação de novo credenciamento ou a substituição de estabelecimentos que forem considerados incompatíveis.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO: Fiscalizar a qualidade da prestação dos serviços dos estabelecimentos credenciados, garantindo que o abastecimento só poderá ocorrer após a conferência do condutor, do veículo e dos respectivos cartões, além do correto lançamento da quilometragem registrada no hodômetro do veículo;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO: Comunicar por escrito à CONTRATADA os casos de perda ou roubo do cartão utilizado para o abastecimento, não permitindo qualquer cobrança de abastecimento realizada a partir da data/hora da comunicação.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO: A contratante aderente deverá informar a Secretaria de Administração quando proceder a abertura de processo administrativo para aplicação de penalidade.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO PRIMEIRO: Orientar os condutores a realizar o abastecimento nos estabelecimentos que ofertarem os melhores preços, levando-se em consideração, contudo, o deslocamento a ser realizado pelo veículo.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEGUNDO: Exigir o cumprimento da obrigação prevista no item 12.30 do termo de referência.

- a. Caso o órgão aderente tome ciência de que o pagamento ao credenciado fora efetivamente realizado em desacordo com o previsto no item 12.b.2 do termo de referência, deverá informar a Secretaria de Administração para que as providências necessárias para a apuração do ocorrido sejam tomadas.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO TERCEIRO: Solicitar à contratada a suspensão dos estabelecimentos credenciados que apresentem atuação conforme hipóteses descritas no item 12.b.19 do termo de referência.

- a. Quando da solicitação indicada no item parágrafo trigésimo terceiro, de forma imediata, o órgão aderente deverá comunicar a Secretaria de Administração sobre o ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os recursos financeiros para fazer face às despesas da contratação correrão por conta dos órgãos aderentes, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nos respectivos contratos de adesão e notas de empenho, observadas as condições estabelecidas no processo licitatório.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita mediante apostilamento, no início de cada exercício financeiro, sob pena de rescisão antecipada do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O empenhamento somente será efetuado, e consequentemente paga a despesa, na forma prevista neste instrumento convocatório, se a licitante vencedora estiver inscrita no CADASTRO DE FORNECEDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO – CADFOR;

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O pagamento somente será efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar da disponibilização da Nota Fiscal/Fatura pela contratada, após o “atesto”, pelo servidor competente, da referida Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos exigidos no termo de referência deste processo.

a. O “atesto” deve ocorrer dentro do prazo estabelecido no parágrafo terceiro, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com as atividades efetivamente executadas, bem como à demonstração de que a Contratada mantém as condições de habilitação analisadas no decorrer do certame licitatório, que deverão obrigatoriamente acompanhá-la.

b. O fechamento, para fins de emissão da Nota Fiscal/Fatura, deve considerar cada mês do ano.

- i. Excepcionalmente, por solicitação do contratante aderente, a contratada poderá emitir Nota fiscal/fatura com fechamento que considere período diferente do estabelecido no item b acima.

PARÁGRAFO QUARTO: O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária de crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

PARÁGRAFO QUINTO: Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

PARÁGRAFO SEXTO: Para fins de pagamento, só serão considerados gastos realizados junto à rede credenciada.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da CONTRATANTE, fica convencionado que a taxa de atualização financeira, devida entre a data referida no Parágrafo Terceiro desta Cláusula, e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela a ser paga

I = Índice de atualização financeira. Assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

365

TX = Índice Nacional De Preços Ao Consumidor - IPCA

PARÁGRAFO OITAVO: A atualização financeira prevista nesta condição será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para execução do objeto desta licitação, a CONTRATADA prestará garantia fixada em favor da CONTRATANTE no percentual de 1% (um por cento) do valor do contrato, nos termos do artigo 3º da Lei nº 12.525/03 c/c o artigo 56, § 2º, da Lei nº 8.666/93, podendo a CONTRATADA optar por uma das modalidades de garantia previstas na lei geral de licitações;

PARÁGRAFO SEGUNDO: Se escolhida na modalidade caução em dinheiro, a prestação da garantia deverá ser comprovada no momento da assinatura do contrato. Nas demais modalidades, a comprovação poderá ser realizada em até 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão contratante, contados da assinatura do contrato;

PARÁGRAFO TERCEIRO: A garantia contratual deverá ter validade durante toda a vigência do CONTRATO;

PARÁGRAFO QUARTO: A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, conforme disposto no art. 56, §4º, da Lei nº 8.666/93;

- A. A atualização mencionada será feita pelo mesmo Índice utilizado para reajuste do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO: Só serão aceitas a prestação de seguros-garantia e cartas de fiança bancária de agentes devidamente registrados e autorizados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Banco Central do Brasil, respectivamente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As especificações e condições para a execução do serviço deverão seguir as determinações contidas no termo de referência oriundo do certame **PREGÃO ELETRÔNICO 0198.2019.CCPL-XI.PE.0139.SAD, SEI nº 0001200178.000066/2018-30.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O preço somente será reajustado após decorrido 12 (doze) meses da data fixada para apresentação da proposta, utilizando-se para tanto o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), fornecido pelo IBGE, de acordo com a Lei nº 12.525/2003.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O reajuste previsto no parágrafo anterior aplica-se apenas aos compostos químicos, tendo em vista que o reajuste dos combustíveis segue regulação da Agência Nacional de Petróleo (ANP), através da Pesquisa Semanal de Preços de Combustíveis.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Havendo interesse das partes contratantes em prorrogar a avença, a empresa contratada deverá pleitear o reajuste dos preços até a data anterior à efetivação da prorrogação contratual, sob pena de, não o fazendo tempestivamente, ocorrer a preclusão do seu direito.

PARÁGRAFO QUARTO: Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, de acordo com o art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO QUINTO: O valor global deste contrato pela execução do seu objeto é de R\$ R\$ 79.283.345,08 (setenta e nove milhões, duzentos e oitenta e três mil, trezentos e quarenta e cinco reais e oito centavos), com base nos preços unitários e quantitativos constantes do Termo de Referência do processo licitatório.

PARÁGRAFO SEXTO: O percentual de desconto de 4,79% deverá ser aplicado de forma linear sobre cada item da tabela referida no item 4.8 do termo de referência no momento do pagamento da fatura, durante toda a execução do contrato, não sendo admitido, portanto, a aplicação de percentuais diferentes entre os itens da referida tabela.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, a licitante ficará impedida de licitar e contratar com o Estado de Pernambuco e será descredenciada no CADFOR, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

1. Apresentar documentação falsa;
2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
3. Falhar na execução do contrato;
4. Comportar-se de modo inidôneo;
5. Deixar de entregar documentação exigida no contrato;
6. Cometer fraude fiscal;
7. Fazer declaração falsa;
8. Deixar de cumprir as obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O retardamento da execução previsto no item 2 do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, estará configurado quando a Contratada:

1. Deixar de iniciar, sem causa justificada e aceita pela administração, a execução do contrato, após 7 (sete) dias, contados da data constante na ordem de serviço ou fornecimento;
2. Deixar de realizar, sem causa justificada e aceita pela administração, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados dentro do prazo de execução do contrato e quando verificado prejuízo para a Administração.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Será deduzido do valor da multa aplicada em razão de falha na execução do contrato, de que trata o item 3 do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, o valor relativo às multas aplicadas em razão do **PARÁGRAFO SEXTO**;

PARÁGRAFO QUARTO: A falha na execução do contrato prevista no item 3 do **PARÁGRAFO PRIMEIRO** estará configurada quando a Contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela 3 do **PARÁGRAFO SEXTO** desta cláusula, respeitada a graduação de infrações conforme a tabela 1 a seguir, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente.

TABELA 01

Grau da Infração	Pontos da Infração
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10
A	4

PARÁGRAFO QUINTO: O comportamento previsto no item 4 do **PARÁGRAFO PRIMEIRO** estará configurado quando a Contratada executar atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

PARÁGRAFO SEXTO: Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes, observando-se o valor mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais):

1. Caso a penalidade seja aplicada pela Contratante Principal, nas condições estabelecidas nos itens 1 a 4 do **PARÁGRAFO PRIMEIRO DESTA CLÁUSULA**, deverá ser considerado como referência para a definição da multa o valor mensal do contrato Mater (1/12 avos do valor anual do contrato mater).

TABELA 02

Grau	Correspondência
1	0,2% sobre o valor mensal do contrato por incidência
2	0,4% sobre o valor mensal do contrato por incidência
3	0,8% sobre o valor mensal do contrato por incidência
4	1,6% sobre o valor mensal do contrato por incidência
5	3,2% sobre o valor mensal do contrato por incidência
6	4,0% sobre o valor mensal do contrato por incidência
A	15,0% sobre o valor devido ao credenciado por incidência

TABELA 03

Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Executar serviço incompleto, paliativo, provisório como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	1	Por dia
2	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituir o objeto licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
3	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados.	6	Por dia
4	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	4	Por ocorrência
5	Recusar a execução de serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
7	Retirar das dependências da Contratante quaisquer equipamentos ou materiais de consumo previstos em contrato, sem autorização prévia.	5	Por item e por ocorrência
8	Descredenciar imotivadamente os estabelecimentos	3	Por ocorrência
9	Apresentar notas fiscais para o pagamento em desacordo com as exigências do Termo de Referência	1	Por ocorrência
10	Realizar a suspensão temporária de estabelecimentos, em desacordo com o previsto no item 12.b.19.	2	Por ocorrência

PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:

11	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
12	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por ocorrência
13	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência
14	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
15	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas.	2	Por ocorrência

16	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência
17	Entregar a garantia contratual eventualmente exigida nos termos e prazos estipulados.	3	Por dia
18	Atender o prazo estabelecido para uma situação de severidade Alta, indicada no item 12.a.7 do Termo de Referência, permitindo situação que gere a indisponibilidade do sistema de gerenciamento por período superior a 1 hora e inferior ou igual a 12 horas.	2	Por ocorrência
19	Atender o prazo estabelecido para uma situação de severidade Alta, indicada no item 12.a.7 do Termo de Referência, permitindo situação que gere a indisponibilidade do sistema de gerenciamento por período superior a 12 horas e inferior ou igual a 24 horas	3	Por ocorrência
20	Atender o prazo estabelecido para uma situação de severidade Alta, indicada no item 12.a.7 do Termo de Referência, permitindo situação que gere a indisponibilidade do sistema de gerenciamento por período superior 24 horas.	4	Por dia
21	Atender o prazo estabelecido para uma situação de severidade Média, indicada no item 12.a.7 do Termo de Referência.	3	Por ocorrência
22	Atender o prazo estabelecido para uma situação de severidade Baixa, indicada no item 12.a.7 do Termo de Referência.	1	Por ocorrência
23	Realizar o pagamento aos credenciados no prazo estabelecido no item 12.b.2 do Termo de Referência.	A	Por ocorrência
24	Prestar suporte técnico ou fazê-lo em desacordo com os prazos previstos neste Termo de Referência.	1	Por ocorrência
25	Realizar o ajuste da Nota fiscal, conforme item 12.27.2.2 do Termo de Referência.	4	Por ocorrência
26	Realizar a suspensão temporária de estabelecimentos, conforme obrigação prevista no item 12.b.19	2	Por ocorrência
27	Enviar declaração de quitação junto à rede credenciada, conforme previsto no item 12.30	2	Por ocorrência
28	Realizar o credenciamento, conforme previsão contida no item 11.1.2, de mais 20% do quantitativo existente no Anexo E.	4	Por dia
29	Realizar o credenciamento, conforme previsão contida no item 11.1.2, de até 20% do quantitativo existente no Anexo E.	3	Por dia
30	Cumprir o prazo previsto para a execução das atividades apontadas no item 11.1	3	Por dia
31	Cumprir o prazo previsto para a execução das atividades apontadas no item 11.2	6	Por dia

PARÁGRAFO SÉTIMO: As multas estabelecidas neste contrato podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente com outras sanções, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

PARÁGRAFO OITAVO: As infrações serão consideradas reincidentes se, no prazo de 07 (sete) dias corridos a contar da aplicação da penalidade, a Contratada cometer a mesma infração, cabendo a aplicação em dobro das multas correspondentes, sem prejuízo da rescisão contratual;

PARÁGRAFO NONO: Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, devendo ser observado o disposto no Decreto Estadual nº 42.191/2015;

PARÁGRAFO DÉCIMO: A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A critério da autoridade competente, o valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao contratado, inclusive antes da execução da garantia contratual eventualmente exigida, quando esta não for prestada sob a forma de caução em dinheiro;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Caso o valor a ser pago ao contratado seja insuficiente para satisfação da multa, a diferença será descontada da garantia contratual eventualmente exigida;

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Caso a faculdade prevista no parágrafo décimo primeiro não tenha sido exercida e verificada a insuficiência da garantia eventualmente exigida para satisfação integral da multa, o saldo remanescente será descontado de pagamentos devidos ao contratado;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados nos parágrafos décimo segundo e décimo terceiro acima, o contratado será notificado para recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Decorrido o prazo previsto no parágrafo anterior, o contratante encaminhará a multa para cobrança judicial;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Caso o valor da garantia eventualmente exigida seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento da multa, esta deve ser complementada pelo contratado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da solicitação da contratante;

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: A administração poderá, em situações excepcionais devidamente motivadas, efetuar a retenção cautelar do valor da multa antes da conclusão do procedimento administrativo.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: A instauração do processo administrativo para aplicação de penalidades é de competência da Contratante Principal nos casos de apuração de infrações relacionadas à licitação; de recusa injustificada de assinatura do Contrato Mater; e demais situações apontadas a seguir:

- a. Indisponibilidade geral do sistema de gerenciamento;
- b. Descrédenciamento imotivado de estabelecimentos ou suspensão temporária em desacordo com as condições previstas no Termo de Referência;
- c. Pagamento aos credenciados em desacordo com o prazo previsto no Termo de Referência;
- d. Apresentação de garantia em desacordo com o prazo previsto no Termo de Referência.
- e. Deixar de realizar o credenciamento dos estabelecimentos, de acordo com as previsões contidas neste Termo de Referência.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: A Secretaria de Administração, nos demais casos, poderá proceder a abertura de processo administrativo, desde que o órgão aderente não o tenha formalizado.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO: A instauração do processo administrativo para aplicação de penalidades é de competência da Contratante Aderente nos casos de recusa injustificada de assinatura do contrato de adesão e de apuração de falhas e/ou atrasos na execução dos seus serviços contratados.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO: O processo administrativo para aplicação das penalidades deverá observar o seguinte procedimento, com base no Decreto Estadual nº 42.191, de 01.10.15:

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO: Ao tomar conhecimento da ocorrência de falha e/ou atraso na execução dos serviços contratados ou de qualquer outra infração, relacionada à licitação ou ao contrato, a Contratante Principal ou Aderente, de acordo com sua competência, determinará a abertura do processo administrativo para a apuração das irregularidades, nos termos do art. 23 do Decreto.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO: Os trâmites e atos para instrução processual e para o exercício do direito de defesa da CONTRATADA devem obedecer aos prazos, formas e regras previstas no Decreto.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO: Encerrado o processo, os autos serão encaminhados à Secretaria Executiva de Administração – SEADM/SAD para decisão, nos termos do art. 30 do Decreto.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO: Considerada procedente a imputação feita à CONTRATADA, a Secretaria Executiva de Administração – SEADM/SAD, aplicará as penalidades previstas neste Termo de Referência, em conformidade com o art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02 e o art. 3º, I, do Decreto.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO: O resultado do julgamento será comunicado a Contratante Principal ou Aderente, de acordo com sua competência.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO: No caso de aplicação de penalidade, a CONTRATADA será intimada da decisão, contra a qual caberá recurso administrativo, nos termos do Decreto.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO: Aplicada a penalidade de multa, seu valor será executado conforme o art. 5º do Decreto Estadual nº. 42.191, de 1º de outubro de 2015;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO: Ao aplicar a penalidade, a autoridade julgadora deverá considerar o grau de intensidade da ocorrência e as circunstâncias agravantes e atenuantes que possam ter concorrido para o evento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ADERENTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução dos serviços ora contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representantes dos ÓRGÃOS ADERENTES, para este fim especialmente designados, com as atribuições específicas de acordo com a legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para os fins descritos no parágrafo anterior, serão designados os gestores e fiscais dos CONTRATOS ADERENTES, que deverão ser em pessoas distintas, mediante Portaria, cujos nomes e matrículas deverão ser identificados na mesma.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A gestão/fiscalização dos contratos Aderentes terá os seguintes poderes:

PARÁGRAFO QUARTO: A CONTRATANTE por intermédio do servidor/equipe responsável pela gestão e fiscalização, poderá rejeitar serviços que estiverem em desacordo com o contrato ou a proposta, devendo a CONTRATADA permitir pleno acesso aos dispositivos da prestação do serviço, além de dispor todos os elementos necessários ao desempenho desta função;

PARÁGRAFO QUINTO: O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da CONTRATADA e nem confere à Contratante Aderente responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.

PARÁGRAFO SEXTO: Define-se por GESTOR DO CONTRATO o empregado formalmente designado pela CONTRATANTE para o acompanhamento, por meio de sistema próprio, da fiscalização deste Contrato, desde o início de contratação até o término de sua vigência, competindo a este:

- a. Acompanhar, junto ao(s) Fiscal(s), o cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato;
- b. Encaminhar a Nota Fiscal/Fatura atestada pelo(s) Fiscal(is) para o devido pagamento, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- c. Apoiar o(s) Fiscal(is) no controle e análise da documentação deste Contrato, mantendo o processo a que se refere atualizado, com todos os documentos necessários à sua regular instrução;
- d. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- e. Apurar o percentual de desconto da fatura correspondente;
- f. Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à contratada;
- g. Emitir avaliação da qualidade do serviço;
- h. Analisar relatórios e documentos enviados pelo fiscal do contrato;
- i. Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- j. Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas contratuais;
- k. Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;

PARÁGRAFO SÉTIMO: Define-se por FISCAL DO CONTRATO o servidor designado pela CONTRATANTE para acompanhar e supervisionar a execução dos serviços nas diversas e diferentes frentes de trabalho, cabendo a este:

- A. Verificar a perfeita execução dos serviços, assim como solicitar ao Gestor do Contrato a abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidades cabíveis;

- B. Atestar as notas Fiscais/Faturas emitidas para pagamento, após análise e aprovação dos documentos e relatórios;
- C. Notificar expressamente a contratada sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do contrato e solicitar a adoção das medidas corretivas necessárias;
- D. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- E. Rejeitar, no todo ou em parte dos serviços prestados em desacordo com o autorizado;
- F. Solicitar o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que não mereça confiança no desempenho dos serviços, que produza complicações para a supervisão e fiscalização e que adote postura inconveniente ou incompatível com exercício das atribuições que lhe foram designadas;
- G. Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada (arts. 38 e 109 da Lei 8.666/93) com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar as metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;
- H. Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de seu execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- I. Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação dos serviços;
- J. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da contratante quanto da contratada;
- K. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos, planilhas, cronogramas etc;
- L. Recusar serviço irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no edital da licitação e respectivo contrato, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;
- M. Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela empresa;
- N. Comunicar formalmente ao Gestor do contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada;
- O. Assegurar o abastecimento dos veículos nos estabelecimentos que apresentem os melhores preços;
- P. Analisar os diários de bordo (mapa de viagem) dos veículos ou, se existente, os trajetos registrados pelo sistema de rastreamento e monitoramento de frota, com vistas a verificar adequação do uso e consumo de combustível do equipamento.

PARÁGRAFO OITAVO: A existência e a atuação da fiscalização pela CONTRATANTE em nada restringe as responsabilidades técnicas e gerenciais únicas, integrais e exclusivas da CONTRATADA, no que concerne a execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO NONO: A fiscalização será exercida no interesse da CONTRATANTE e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implicará corresponsabilidade da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objetos deste Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A CONTRATADA deverá sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PRAZOS, CONDIÇÕES E LOCAIS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os serviços serão executados observando as regras contidas no edital **PREGÃO ELETRÔNICO 0198.2019.CCPL- XI.PE.0139.SAD, SEI nº 0001200178.000066/2018-30** e respectivos anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO

PARAGRAFO PRIMEIRO - A inexecução total ou parcial do objeto da licitação ensejará a rescisão do contrato, conforme disposto nos artigos 77 a 80, da Lei Federal nº 8.666/93.

PARAGRAFO SEGUNDO - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARAGRAFO TERCEIRO - A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93, ou nas hipóteses do artigo 79 do mesmo diploma legal, quando cabível.

PARAGRAFO QUARTO - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA SUCESSÃO

PARAGRAFO PRIMEIRO - O presente instrumento obriga as partes contratantes e os seus sucessores, que, na falta delas assumem a responsabilidade pelo seu integral cumprimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

PARAGRAFO PRIMEIRO - O presente contrato reger-se-á pelas normas estabelecidas no Estatuto Federal Licitatório, e pelas regras no edital do **PREGÃO ELETRÔNICO 0198.2019.CCPL- XI.PE.0139.SAD, SEI nº 0001200178.000066/2018-30**, na Proposta de Preços, e nos casos omissos, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO REGISTRO

PARAGRAFO PRIMEIRO - Este instrumento contratual, após obedecer às formalidades legais, deverá ser registrado no Livro de Registro de Contratos da Secretaria de Administração do Estado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

PARAGRAFO PRIMEIRO - Conforme disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais alterações, o presente instrumento contratual será publicado no Diário Oficial do Estado na forma de extrato, como condição de sua eficácia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

PARAGRAFO PRIMEIRO - Com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, as partes elegem o foro da Cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, para dirimir as questões oriundas do presente Contrato.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Recife, 22 de setembro de 2020.

MARÍLIA RAQUEL SIMÕES LINS

Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco

MARCELO VASCONCELOS COELHO

Gerente Geral de Serviços Corporativos – SAD/PE

Yuri Esmeraldo Teles

Supervisor Regional de Vendas - Público

MAXIFROTA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA (Contratada)

TESTEMUNHAS:

ADAUTO NUNES DA ROCHA JUNIOR

CPF(MF) Nº. 038.581.904-89

HENRIQUE SALES DE OLIVEIRA

CPF(MF)Nº. 039.250.474-09

ANEXO

GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS								
Ordem	Descrição		Quantitativo Mensal	Quantitativo Anual	Valor Unitário	Valor Anual	Percentual de Desconto	VALOR REFERENCIAL MÁXIMO
1	Despesa estimada com combustível, considerando que o preço a ser pago será o valor à vista do preço de bomba, não podendo ultrapassar o preço máximo divulgado pela ANP, devendo ser ofertado desconto sobre o valor total faturado em cada mês	Gasolina (Litros)	(A)	(B)	(C)	(D) = (B) x (C)	(E)= %	(F)= D-(DxE)
			973.000	11.676.000	R\$ 4,9000	R\$ 57.212.400,00		R\$ 54.471.926,04
2		Diesel (Litros)	515.000	6.180.000	R\$ 3,9000	R\$ 24.102.000,00		R\$ 22.947.514,2
3		Etanol (Litros)	30.000	360.000	R\$ 3,9970	R\$ 1.438.920,00		R\$ 1.369.995,732
4		GNV (m3)	6.400	76.800	R\$ 3,6000	R\$ 276.480,00		R\$ 263.236,608
5	Compostos químicos (Litros)		8.555	102.660	R\$ 2,3600	R\$ 242.277,60,00		R\$ 230.672,50296
VALOR TOTAL						R\$ 83.272.077,60		R\$ 79.283.345,0829



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO VASCONCELOS COELHO**, em 14/09/2020, às 16:13, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8708194** e o código CRC **74EB3C0E**.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Av. Antônio de Góes, 194, - Bairro Pina, Recife/PE - CEP 51010-000, Telefone: (81) 3183-7600